



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

# **50° EXAME DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

RIO DE JANEIRO (CAPITAL),  
NITERÓI, DUQUE DE CAXIAS,  
NOVA IGUAÇU E SÃO GONÇALO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE  
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

**- 2023 -**



## DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Sobre o poder constituinte originário, julgue as alternativas abaixo.

I - Poder constituinte originário é a força política consciente de si que resolve disciplinar os fundamentos do modo de convivência na comunidade política.

II - O poder constituinte originário é inicial, ilimitado, incondicionado e imutável.

III - O poder constituinte originário manifesta-se exclusivamente quando da formação *ex novo* de um Estado.

IV - O poder constituinte originário manifesta-se exclusivamente em momentos de viragem histórica.

- a) Somente I é correto.
- b) Somente II é correto.
- c) Somente III é correto.
- d) Somente IV é correto.
- e) Somente III e IV é correto.

2) Assinale a fonte do direito constitucional que melhor se adéqua à ideia proposta no texto abaixo:

*Quando o Poder Constituinte Originário dá início a uma nova conformação jurídica da comunidade, por vezes se defronta com situações que se alongaram no tempo e que motivaram expectativas de permanência estimadas justas. Para não frustrá-las, o constituinte originário muitas vezes opta por mantê-las, em certos limites, dispondo um regime jurídico único para casos específicos.* (MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020).

- a) costume constitucional.
- b) direitos e garantias fundamentais.
- c) atos das disposições constitucionais transitórias.
- d) regras de repartição constitucional de competências.
- e) regime jurídico único dos servidores públicos previsto no art. 39 da CRFB.

3) A respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos pelo Poder Judiciário, e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema, avalie os itens que seguem:

I – Não é admissível o controle difuso de constitucionalidade em ação civil pública, em razão do regime de formação da coisa julgada no processo coletivo;

II – Não se admite a modulação temporal dos efeitos em controle concentrado de constitucionalidade, mas apenas em sede de controle difuso (e ainda assim, neste último caso, de maneira excepcional);

III – A regra de reserva de plenário não se aplica a julgamento de competência singular, podendo o juiz, mesmo de ofício, e sempre de modo fundamentado, deixar de aplicar preceitos normativos que considere contrários ao texto constitucional.

- a) I, II e III são corretas.
- b) I, II e III são falsas.
- c) I é correta, II e III são falsas.
- d) II é correta, I e III são falsas.
- e) III é correta, I e II são falsas.

4) O Recurso Extraordinário previsto no art. 102 da CRFB é um instrumento exclusivo de controle de constitucionalidade:

- a) difuso.
- b) concentrado.
- c) abstrato.
- d) concreto.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

5) A modulação de efeitos das decisões proferidas pelo STF em controle abstrato de constitucionalidade encontra fundamento de validade, no direito positivo:

- a) em lei federal.

- b) em lei complementar federal.
- c) no Código de Processo Civil.
- d) no texto constitucional.
- e) na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

**6) Quanto ao regime jurídico da advocacia pública na Constituição de 1988, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A advocacia pública insere-se no conjunto de instituições que desempenham funções essenciais à Justiça.
- b) O ingresso na carreira das Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal depende de concurso de provas e títulos.
- c) Compete à advocacia pública dos Estados e do DF o exercício da representação judicial e da consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- d) Os procuradores dos Estados e do DF organizam-se em carreira, não lhes sendo assegurada, porém, estabilidade no cargo.
- e) A execução da dívida ativa de natureza tributária compete à advocacia pública.

**7) A respeito do regime constitucional da Administração Pública, é incorreto afirmar:**

- a) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- b) Em alguns casos indicados na constituição, é válida a acumulação remunerada de cargos.
- c) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica.
- d) A administração pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) Os cargos de provimento em comissão e as funções de confiança devem ser preenchidas exclusivamente por servidores de carreira.

**8) Sobre os direitos fundamentais no texto da Carta de 1988, assinale a alternativa correta:**

- a) Apenas os direitos individuais e coletivos previstos no art. 5º apresentam natureza de direito fundamental – o mesmo não se podendo afirmar a respeito dos direitos sociais veiculados nos arts. 6º e 7º.
- b) Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.
- c) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais são normas de eficácia limitada, uma vez que dependem de concretização legislativa posterior para produzir efeitos.
- d) Os tratados e convenções de direitos fundamentais sobre direitos humanos são equivalentes às emendas constitucionais, como decorrência da matéria que veiculam.
- e) O direito à proteção de dados pessoais, assim como outros direitos digitais, ainda não encontram proteção jurídica explícita no texto constitucional – desfrutando, porém, de proteção implícita.

**9) De acordo com o texto constitucional brasileiro, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

- a) Direito tributário e financeiro.
- b) Direito civil, comercial e processual civil.
- c) Sistema monetário.
- d) Nacionalidade, cidadania e naturalização.
- e) Penal e processual penal.

**10) Segundo a repartição de competências do Poder Judiciário prevista no texto constitucional, é possível afirmar que as empresas públicas e as sociedades de economia mista serão julgadas:**

- a) pela justiça estadual, em qualquer hipótese.
- b) pela justiça federal, em qualquer hipótese.
- c) pela justiça estadual, se a empresa pública ou se a sociedade de economia mista for estadual.
- d) pela justiça federal, se a empresa pública ou se a sociedade de economia mista for federal.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

**11) Segundo o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o recurso extraordinário interposto em face de:**

- a) acórdão em mandado de segurança decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
- b) acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que contrariar dispositivo constitucional;
- c) decisão monocrática de ministro de Tribunal Superior, em mandado de segurança, que contrariar dispositivo constitucional.
- d) decisão monocrática de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que contrariar dispositivo constitucional;
- e) sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que contrariar o fundamento constitucional de dispositivo de lei federal.

**12) Segundo os conceitos dogmáticos de constituição, pode ser considerada uma constituição política:**

- a) aquela cujo texto constitucional é um reflexo perfeito da sociedade, evidenciando-a como o resultado da soma dos fatores reais de poder na sociedade;
- b) aquela que corporifica uma decisão política fundamental tomada pelo titular do poder constituinte, havendo no texto constitucional normas genuinamente constitucionais e leis constitucionais;
- c) o conjunto de regras e princípios que, positivados no texto constitucional, retiram seu fundamento de validade da norma hipotética fundamental;
- d) aquela que reúne dentro de um mesmo conceito as concepções jurídicas, políticas e sociais, de modo que os instrumentos jurídicos e a realidade social se condicionam mutuamente;
- e) aquela com manifesta efetividade, condicionando a realidade social subjacente de forma contínua.

**13) Analise as assertivas abaixo.**

**I - A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis foi criada por lei que encontra fundamento de validade no texto constitucional.**

**II - O poder normativo das agências reguladoras tem fundamento constitucional no art. 174 da CRFB.**

**III - O poder normativo das agências reguladoras tem os mesmos contornos jurídicos e as mesmas características do poder regulamentar do art. 84 da CRFB.**

**IV - As agências reguladoras federais foram criadas por lei que encontra fundamento de validade no texto constitucional.**

- a) São corretos I e II.
- b) São corretos III e IV.
- c) São corretos I e IV.
- d) Somente I é correto.
- e) Somente II é correto.

**14) Depois de três adiamentos está prevista para acontecer hoje, a partir das 9h, a primeira audiência pública de um processo de revisão dos critérios para fixação do preço de referência do petróleo, o que pode incrementar o volume de royalties e participação especial pagos à União, a Estados e a municípios. [...] O governo do Rio de Janeiro - assim como outros entes federativos beneficiados por receitas de royalties - sustentam que a regulamentação da ANP há anos não reflete o preço de mercado, como exigiria a Lei do Petróleo devido a limitações na fórmula matemática utilizada para calcular o preço de referência.**

*(Fonte: Valor Econômico, 2023. Revisão de royalties opõe RJ e petroleiras. 21/06/2023).*

**Sobre os royalties do petróleo é possível afirmar:**

- a) royalties são receitas públicas patrimoniais;
- b) royalties são receitas públicas correntes;
- c) royalties são compensações financeiras previstas em favor do concessionário;
- d) royalties e participações especiais são compensações financeiras previstas no texto constitucional em razão da exploração de petróleo e de gás natural;
- e) royalties são compensações financeiras previstas no texto constitucional em razão exclusivamente da exploração de petróleo e de gás natural.

**15) Sobre a Constituição Tributária, é possível afirmar, em relação ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação):**

- a) será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;
- b) será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;
- c) resolução do CONFAZ (Conselho de Política Fazendária) aprovada pela maioria absoluta dos Estados Federados estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;
- d) compete ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante lei de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;
- e) não incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, minérios e energia elétrica.

### DIREITO CIVIL

**16) Sobre os institutos da decadência e prescrição tratados no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos é de 4 anos.
- b) O prazo máximo de prescrição previsto do Código Civil vigente é de 5 anos.
- c) Salvo disposição legal em contrário, se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- d) A renúncia à decadência fixada em lei é nula.
- e) A decadência prevista em contrato pode ser conhecida de ofício pelo magistrado que eventualmente julgar a lide.

**17) Sobre a disciplina dos contratos no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A segurança jurídica é tratada de forma rigorosa pelo Código Civil, razão pela qual a lei veda a estipulação de contratos sem previsão legal (atípicos).
- b) A herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.
- c) Nas relações contratuais privadas e paritárias, vigora o princípio da não intervenção.
- d) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao estipulante.
- e) As partes não podem estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais e de seus pressupostos de revisão ou de resolução, cabendo tal análise ao juiz.

**18) Observe as assertivas a seguir a respeito dos negócios jurídicos:**

**I – O silêncio de uma das partes não pode ser interpretado como anuência.**

**II – Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé, mas não podem levar em consideração os usos do lugar de sua celebração, sob pena de se criar insegurança jurídica.**

**III – A interpretação dos negócios jurídicos deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.**

**IV – A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico, tanto nos casos de impossibilidade total ou relativa.**

**V – A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.**

**É INCORRETO o que se afirma em:**

- a) I, II e IV
- b) I, II, III, IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) II, IV e V.

**19) Sobre a disciplina dos bens no Código Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem perdem o caráter de bens imóveis.
- b) São considerados bens imóveis os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.
- c) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- d) Não são considerados bens imóveis aquilo que se incorpora ao solo de forma artificial.
- e) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.

**20) Sobre negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O Código Civil ainda adota a teoria clássica da *pacta sunt servanta*, e por isso não há espaço para a formulação de teorias de função social das obrigações civis.
- b) Sobre os elementos abstratos das obrigações, sob aspecto passivo eles são subdivididos entre débito e responsabilidade; já sob aspecto ativo, a divisão se dá entre crédito e pretensão, respectivamente.
- c) Caso a prestação não seja adimplida de forma voluntária, o débito é o liame imediato que possibilita a entrada na esfera jurídica patrimonial de outrem e força-lo a cumprir com a prestação.
- d) A obrigação natural é exemplo de responsabilidade sem débito próprio.
- e) O contrato de fiança é um exemplo da existência de débito sem responsabilidade própria.

**21) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente. De acordo com o Código Civil, trata-se de hipótese de domicílio:**

- a) Natural.
- b) Voluntário
- c) Legal.
- d) Convencional.
- e) Necessário.

**22) No que tange à extinção das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A remissão da dívida, desde que aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.
- b) A restituição voluntária do objeto empenhado prova a renúncia do credor à garantia real e acarreta a extinção da dívida.
- c) A confusão só se opera quando verificar-se a respeito de toda a dívida, e não apenas de parte dela.
- d) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis ou infungíveis.
- e) Os prazos de favor, consagrados pelo uso geral, obstam a compensação.

**23) João quer instituir uma sociedade limitada para desenvolver atividade empresária e para isso busca se informar com seu advogado para averiguar as formalidades e os possíveis riscos associados. Nesse ponto, assinale a alternativa CORRETA sobre o tema:**

- a) Conforme o próprio vocábulo sugere, a sociedade limitada pressupõe a reunião de duas ou mais pessoas em sociedade, razão pela qual a legislação não prevê hipótese de sociedade limitada de caráter unipessoal.
- b) Um dos elementos mais importantes da sociedade limitada é o seu capital social, que é integralizado pelos sócios. Por se tratar de garantia dos credores da futura sociedade, uma vez instituído, não há como se reduzir o capital social.
- c) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- d) A legislação prevê a possibilidade de ingresso posterior de sócios, que devem ter os mesmos direitos e obrigações dos sócios anteriores. Assim, a administração atribuída no contrato social a todos os sócios se estende de pleno direito aos que posteriormente ingressem na sociedade.
- e) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de metade do capital social.

24) Acerca da capacidade jurídica, marque a alternativa **CORRETA** acerca das afirmações a seguir:

I – São relativamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.

II – Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.

III – A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Estão corretas apenas as afirmações II e III;
- e) Apenas a alternativa II está correta.

25) Sobre os bens públicos, marque a alternativa **CORRETA** acerca das afirmações a seguir:

I – São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

II – Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

III – O uso comum dos bens públicos deve sempre ser feito de forma gratuita.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Está correta apenas a afirmação II;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

26) Acerca da classificação do Código Civil quanto às pessoas jurídicas, marque a alternativa **CORRETA** acerca das afirmações a seguir:

I – As autarquias, inclusive as associações públicas, são exemplos de pessoa jurídica de direito público interno.

II – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são exemplos de pessoas jurídicas de direito externo.

III – Os partidos políticos são exemplos de pessoas jurídicas de direito privado.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) Estão corretas apenas as afirmações I e III;
- d) Está correta apenas a afirmação I;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

27) Sobre a disciplina do domicílio das pessoas jurídicas no Código Civil, marque a alternativa **CORRETA** a partir das afirmações a seguir:

I – Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

II – Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder.

III – O domicílio da União é o Distrito Federal; o dos Estados, as respectivas capitais; e o dos Municípios, o lugar onde funcione a administração municipal.

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Apenas a afirmação II está correta;
- c) Apenas a afirmação III está correta;
- d) Estão corretas as afirmações II e III;
- e) Estão corretas as afirmações I e II.

28) Acerca do instituto da representação, na forma disciplinada no Código Civil, marque a alternativa **CORRETA** a partir das afirmações a seguir:

I – Os poderes de representação podem ser conferidos tanto pela lei como pelo interessado.

**II – Configura nulidade insanável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.**

**III – O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.**

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Apenas a afirmação I está correta;
- c) Apenas a afirmação III está correta;
- d) Estão corretas as afirmações I e III;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

**29) Acerca da disciplina do Código Civil quanto às condições nos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA acerca das afirmações a seguir:**

**I – Têm-se por inexistentes as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas.**

**II – Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições impossíveis, quando resolutivas.**

**III – Reputa-se verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.**

- a) Está correta apenas a afirmação I;
- b) Estão corretas as afirmações I e III;
- c) Estão corretas as afirmações I e II;
- d) Estão corretas as afirmações II e III;
- e) Está correta apenas a afirmação III.

**30) Sobre a disciplina do Código Civil acerca dos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:**

**I – O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.**

**II – A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.**

**III – Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.**

- a) Estão corretas as afirmações I, II e III;
- b) Apenas a afirmação II está correta;
- c) Apenas a afirmação III está correta;
- d) Estão corretas as afirmações II e III;
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**31) Sobre o princípio da fungibilidade recursal, é CORRETO afirmar:**

- a) É o princípio que assegura o reexame das decisões judiciais.
- b) É o princípio que admite o conhecimento de um recurso como se fosse outro em casos excepcionais.
- c) É o princípio que veda a reforma da decisão recorrida em prejuízo do recorrente.
- d) É o princípio que estabelece que os recursos existentes são aqueles previstos em lei.
- e) É o princípio que dispõe que, para cada tipo de decisão, há, como regra, um recurso.

**32) Como garantias fundamentais do processo, NÃO podemos elencar:**

- a) Devido processo legal.
- b) Contraditório.
- c) Ampla defesa.
- d) Proibição da prova ilícita.
- e) Prazo em dobro.

**33) Acerca da eficácia da lei processual civil no tempo, podemos afirmar, com EXCEÇÃO de:**

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- b) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- c) A lei não retroagirá, a não ser para beneficiar o réu.
- d) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- e) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

**34) Constitui condição da ação:**

- a) A existência de pedido.
- b) O recolhimento de custas processuais para quem não é beneficiário da gratuidade de justiça.
- c) O processamento da ação perante o juízo competente.
- d) A legitimidade das partes.
- e) A representação dos incapazes por seus representantes legais.

**35) Em relação à improcedência liminar do pedido, nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar, com EXCEÇÃO de:**

- a) Os princípios gerais de direito e os costumes.
- b) Enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- c) Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
- d) Entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- e) Enunciado de súmula de Tribunal de Justiça sobre direito local.

**36) É correto afirmar que serão representados em juízo, ativa e passivamente, segundo o Código de Processo Civil de 2015, com EXCEÇÃO de:**

- a) a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus curadores.
- b) a União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado.
- c) o Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores.
- d) o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
- e) a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar.

**37) São matérias que podem ser conhecidas de ofício pelo juízo, com EXCEÇÃO de:**

- a) inexistência ou nulidade da citação.
- b) incompetência absoluta.
- c) incorreção do valor da causa.
- d) inépcia da petição inicial.
- e) convenção de arbitragem.

**38) Não configura hipótese de intervenção de terceiro expressamente prevista no Código de Processo Civil de 2015:**

- a) assistência.
- b) denunciação da lide.
- c) chamamento ao processo.
- d) litisconsórcio.
- e) incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

**39) Acerca do instituto da desistência no processo civil brasileiro, é CORRETO afirmar:**

- a) A desistência da ação produz efeitos imediatos, independentemente de prévia homologação judicial.
- b) A desistência da ação não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.

- c) A assistência simples obsta a que a parte principal desista da ação.
- d) O recorrente pode, a qualquer tempo, desistir do recurso, desde que haja prévia anuência do recorrido e dos litisconsortes.
- e) A desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

**40) Sobre o instituto da competência no direito processual civil brasileiro, é CORRETO afirmar que:**

- a) Apenas a incompetência relativa será alegada como questão preliminar de contestação, devendo a incompetência absoluta ser arguida por exceção.
- b) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- c) A incompetência relativa deve ser declarada de ofício.
- d) A única hipótese de conflito de competência regulada pelo Código de Processo Civil de 2015 se dá quando 2 (dois) ou mais juízes se declaram competentes.
- e) Prorrogar-se-á a competência absoluta se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

### LÍNGUA PORTUGUESA

**Processo e narrativa: o advogado como roteirista do caso**

Leonardo Corrêa\*  
21/03/2023

O processo é uma sucessão de atos destinados a um fim (a sentença), que põe termo ao conflito de interesses apresentado pelas partes. Ela é proferida por um terceiro, o julgador, que, por meio de decisão – judicial, arbitral ou administrativa –, resolverá a contenda, com vistas à pacificação social. Dentre esses atos, está um que parece ser a essência de um litígio, qual seja: a apresentação das narrativas. Elas serão avaliadas por um julgador, seja ele um juiz, árbitro ou júri.

As normas processuais regulam a forma pela qual as narrativas são apresentadas. São regras que garantem o equilíbrio entre as partes e dirigem os seus comportamentos para que se alcance o resultado derradeiro de pacificação social. Conquanto alguns aspectos de ordem prática possam ser usados no processo civil, penal e administrativo, o foco desse texto é a abordagem das regras gerais do Código de Processo Civil, que, em seu artigo 2º, estabelece que “[o] processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial (...)”.

Essa iniciativa constitui-se pela apresentação de uma petição inicial perante o juízo competente, que, dentre outros requisitos, deve indicar “os fatos e fundamentos do pedido” (artigo 319, III do Código de Processo Civil). Eis aí a narrativa ou causa de pedir. É na descrição fática que a parte apresenta a sua versão, capaz de sustentar o pedido formulado com vistas a buscar alcançar um resultado positivo para a sua pretensão. Entre todos os requisitos, a construção de narrativas é o mais importante e o que exige mais talento, intelecto e dedicação do advogado.

A descrição dos fatos não é um procedimento mecânico, opaco e frio. É nela que a parte busca persuadir o julgador de que seus pedidos merecem acolhida. Quem se limita, portanto, a relatar fatos, sem construir uma verdadeira história com personagens, além de começo, meio e fim, faz um desserviço ao cliente e ao julgador. Antes de belíssimas teses jurídicas, qualquer um que esteja na posição de decidir quer entender qual é o problema que levou a parte a chamá-lo para solucionar.

Só se consegue entender um problema se houver uma narrativa (ou história) clara e simples de ser entendida – por mais complexo que o caso seja. Por isso, não basta lançar fatos ao papel. Há que se entender o problema por todos os ângulos possíveis e concatenar ideias. Tudo isso é feito no processo de construção da narrativa. Sem isso, o texto apresentado ao julgador pode estar falho, impreciso e lacunoso. Hipérboles, adjetivos e erudição não são sinônimos de uma boa redação. São meras ferramentas, que, caso mal utilizadas, acabam se tornando o prenúncio de um desastre.

Pois bem. A causa de pedir, obviamente, é uma narrativa: o problema é como fazer. Existem algumas técnicas para isso. Há muito tempo os advogados americanos se dedicam a estudar o que eles chamam de *storytelling* (a narrativa). Em grande parte, esse desenvolvimento se deu pela estrutura do processo americano, onde, salvo exceções, as demandas serão julgadas por um júri (tanto as cíveis quanto as criminais).

Se um júri, composto de cidadãos, irá decidir a causa, o foco está na narrativa. A história das partes vale mais ou tanto quanto os preceitos legais. Esclareça-se, nesse ponto, que na processualística americana cabe ao juiz explicar ao júri as normas legais aplicáveis ao caso e regular a produção de provas.

Essa circunstância obrigou os advogados americanos a desenvolver a arte da narrativa ou *storytelling*. Por essa razão, vale mesclar algumas técnicas americanas, adaptando para a nossa cultura. Grandes advogados de nosso país são exímios contadores de histórias, e sabem, como poucos, usar todas as ferramentas de persuasão que estão ao seu alcance. O problema é que esse conhecimento nunca foi sistematizado. Acabamos aprendendo no dia a dia.

Seres humanos estão acostumados a ouvir histórias desde o início de suas vidas. Ainda no berço, nossos pais nos leem histórias para dormir. Somos enfeitiçados por uma boa história e nos entediamos quando elas são mal construídas, mal concatenadas e incoerentes. Não fosse só isso, raciocinamos em termos de histórias. Isso se vê, inclusive, na filosofia grega. Se você quer a atenção de alguém, vale começar com a seguinte frase “deixe eu contar uma história”. Após dizer essa frase, há um reflexo automático que nos leva focar nossa atenção. Pode parecer bobagem, mas a psicologia social mostra o contrário.

O famoso advogado americano Edward Bennett Williams, fundador de Williams & Connolly, “com sabedoria relacionava litígios a apresentações dramáticas, nas quais o advogado é o produtor, diretor, ator e diretor de palco, mas todos dentro dos limites das provas e do direito”. Eu acrescentaria mais uma atividade, a de roteirista. É o advogado, em conjunto com o cliente, que constrói o roteiro ou a narrativa para o caso – base para todas as outras atividades destacadas por Williams. Não se está falando, de forma alguma, em mentir em um litígio. Não é essa a questão. O ponto é que fatos precisam de contexto, e como um processo se desenvolve de forma dialética, a construção da narrativa também segue esse modelo.

É fácil dormir em um cinema, quando o roteiro do filme é ruim. O julgador cochila – perde a atenção – quando a história de um caso ou a sustentação oral é cansativa, mal concatenada, monocórdia e sem os elementos fundamentais de uma boa narrativa. Mas onde encontrar recursos para aprimorarmos estas habilidades? A resposta tem quatro aspectos. De início, somente adquirimos bagagem para a boa escrita lendo literatura de alto nível. Não há atalhos. É preciso ler os grandes escritores. Em seguida, após a leitura obsessiva dos clássicos – Ítalo Calvino que o diga –, deve-se iniciar o estudo de estruturas, aprender a verter o aprendizado dos grandes livros para a redação de peças processuais. Além disso, é crucial aprender dialética e lógica (principalmente as falácias). Finalmente, é essencial estudar as ferramentas de persuasão, amplamente desenvolvidas pela psicologia social e devidamente comprovadas pela economia comportamental.

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2023-mar-21/leonardo-correa-processo-narrativa>

Leonardo Corrêa é sócio de 3C LAW / Corrêa, Camps & Conforti, graduado pela PUC-Rio, com LL.M pela University of Pennsylvania (EUA).

**41) Com referência à estrutura com que se concebe o texto em questão, quanto à sua principal temática, pode-se deduzir que se trata eminentemente de:**

- a) um texto expositivo, cuja função é a de apresentar análise ou síntese de fatos cujas representações conceituais compõem-se manifestadamente por intermédio de uma ordenação lógica.
- b) um texto descritivo, cujo propósito é o de apresentar de forma consistente com o objetivo do autor as características das narrativas enquanto elementos fundamentais no contexto de um processo.
- c) um texto injuntivo, cuja intenção do autor é instruir, induzindo seu interlocutor a um comportamento adequado face à abordagem das narrativas no âmbito das normas processuais.
- d) um texto argumentativo, cuja natureza se constitui de uma sucessão de fatos e opiniões submetidos à ordenação ideológica de argumentos e contra-argumentos.
- e) um texto narrativo, cujo objetivo é desenvolver um sequenciamento discursivo em que os fatos relatados se sucedem e se movimentam no tempo e no espaço.

**42) Com base na leitura do texto e na análise das seguintes afirmativas:**

**I- O *storytelling* (estudo das narrativas) constitui-se num dos princípios em que se baseia a processualística norte-americana, cujas demandas judiciais são avaliadas por um júri, razão pela qual os advogados se dedicam a assimilá-lo.**

II- Os três primeiros parágrafos do texto conceituam e contextualizam aspectos das normas processuais, aos quais o autor associa a construção das narrativas como um de seus atos essenciais, na medida em que a identifica com a causa de pedir.

III- A leitura de livros clássicos, a dialética, a lógica e as técnicas persuasivas são as ferramentas essenciais para que o advogado se torne um roteirista competente na tarefa de organizar os fatos e fundamentos da causa de pedir.

IV- Segundo o autor, o mero relato de fatos, uma redação erudita e/ou a apresentação de teses jurídicas elaboradas não garantem o sucesso de uma causa, que muito mais se beneficiaria de uma narrativa coesa, coerente e persuasiva para alcançar seus objetivos.

Assinale:

- a) se I e III estiverem corretas.
- b) se II e III estiverem corretas.
- c) se apenas IV estiver correta.
- d) se II, III e IV estiverem corretas.
- e) se todas estiverem corretas.

43) Considerando os procedimentos de articulação discursiva do texto, é correto afirmar que o 10º parágrafo:

- a) retoma o anterior, correlacionando as funções de um advogado na arena das contendas litigiosas à concepção de que o ser humano desenvolve uma propensão inata ao drama.
- b) opõe-se ao conceito de perjúrio no processo de construção da narrativa de um caso entre o advogado e seu cliente, por julgar não ser este o foco da argumentação.
- c) reforça a noção de utilização da dialética como recurso de composição retórica, recuperando-a na conclusão do texto como uma das ferramentas importantes para a construção de narrativas persuasivas.
- d) prepara a conclusão do texto, no parágrafo seguinte, ao introduzir a analogia entre o roteiro de um filme ruim e a má atuação de um advogado num processo litigioso.
- e) utiliza-se de um argumento de autoridade para justificar a proposição que dá título ao texto, ao identificar o advogado como autor de um roteiro que reunirá os fatos e fundamentos da causa de pedir numa narrativa devidamente contextualizada.

44) Assim como, para o autor do texto, a apresentação das narrativas no âmbito de um processo é decisiva para o sucesso da causa de pedir, os modalizadores discursivos são elementos (gramaticais ou lexicais) essenciais à construção de um texto, pois que articulam intenções, sentimentos, atitudes e/ou posições de um locutor em relação a um determinado tema.

Nos trechos a seguir, foram destacados e classificados modalizadores discursivos de acordo com sua função gramatical ou, ainda, seu sentido na frase. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Dentre esses atos, está um que parece ser a essência de um litígio, qual seja: a apresentação das narrativas. (1º parágrafo) – Articulador discursivo indicador de referência.
- b) Conquanto alguns aspectos de ordem prática possam ser usados no processo civil, penal e administrativo, o foco desse texto é a abordagem das regras gerais do Código de Processo Civil (...). (2º parágrafo) – Articulador discursivo indicador de concessão.
- c) Quem se limita, portanto, a relatar fatos, sem construir uma verdadeira história com personagens, além de começo, meio e fim, faz um desserviço ao cliente e ao julgador. (4º parágrafo) – Articulador discursivo indicador de consequência.
- d) Pois bem. A causa de pedir, obviamente, é uma narrativa: o problema é como fazer. (6º parágrafo) – Articulador discursivo indicador de afirmação.
- e) Não se está falando, de forma alguma, em mentir em um litígio. (10º parágrafo) – Articulador discursivo indicador de negação.

45) Conquanto alguns aspectos de ordem prática possam ser usados no processo civil, penal e administrativo, o foco desse texto é a abordagem das regras gerais do Código de Processo Civil, que, em seu artigo 2º, estabelece que “[o] processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial (...)”. (2º parágrafo)

Considerando o trecho acima, extraído do texto, a forma mais adequada de reescrevê-lo sem lhe alterar o sentido original é:

- Este texto tem como objetivo reiterar alguns aspectos de ordem prática empregados no processo civil, penal e administrativo, cujo foco é a abordagem das regras gerais do Código de Processo Civil, em particular em seu artigo 2º, que estabelece que “[o] processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial (...)”.
- O enfoque do presente texto recai sobre a abordagem das regras gerais do Código de Processo Civil, cujo artigo 2º estipula que “[o] processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial (...)”, não obstante o emprego de alguns aspectos de ordem prática nos processos civil, penal e administrativo.
- O Código de Processo Civil, em seu artigo 2º, prescreve que “[o] processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial (...)”. No entanto, esse texto privilegia aspectos de ordem prática a serem utilizados no processo civil, penal e administrativo.
- O emprego de alguns aspectos de ordem prática nos processos civil, penal e administrativo, a despeito do que prescreve o artigo 2º do Código de Processo Civil, em que “[o] processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial (...)”, não se constitui o foco desse texto.
- A abordagem das regras gerais do Código de Processo Civil, cujo artigo 2º estabelece que “[o] processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial (...)”, torna-se a tônica deste texto, em que aspectos de ordem prática nos processos civil, penal e administrativo serão aplicados.

46) Observe o texto abaixo:

No âmbito de um processo, apresentar os fundamentos do pedido \_\_\_\_\_ talentos específicos dos advogados, sobretudo ao \_\_\_\_\_ a petição inicial, pois só se \_\_\_\_\_ entender as questões dispostas à mesa se \_\_\_\_\_ narrativas que lhes \_\_\_\_\_ jus ao correto e simples entendimento dos fatos.

Indique a opção cujas formas verbais apresentadas preenchem adequadamente as lacunas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

- implica em / redigirem / consegue / houverem / façam
- implica / redigir / consegue / houver / façam
- implicam em / redigir / conseguem / houver / faça
- implicam / redigir / consegue / houverem / façam
- implica / redigirem / conseguem / houver / faça

47) O famoso advogado americano Edward Bennett Willians, fundador de Williams & Connolly, “com sabedoria relacionava litígios a apresentações dramáticas, nas quais o advogado é o produtor, diretor, ator e diretor de palco, mas todos dentro dos limites das provas e do direito”. (10º parágrafo)

Neste excerto do texto, o vocábulo grifado refere-se a:

- apresentações dramáticas.
- litígios.
- produtor, diretor, ator e diretor de palco.
- limites das provas e do direito.
- nenhuma das respostas anteriores.

48) Considere os seguintes trechos, extraídos do texto:

I- Ela é proferida por um terceiro, o julgador, que, por meio de decisão – judicial, arbitral ou administrativa –, resolverá a contenda, com vistas à pacificação social. (1º parágrafo)

II- É na descrição fática que a parte apresenta a sua versão, capaz de sustentar o pedido formulado com vistas a buscar alcançar um resultado positivo para a sua pretensão. (3º parágrafo)

A expressão em destaque apresenta-se de duas maneiras diferentes quanto à utilização do acento grave indicador de crase. Isto se deve:

- ao índice de determinação marcado pela contração da preposição “a” com o artigo definido feminino, no primeiro, em contraposição à ausência do fenômeno da crase diante de formas verbais, no segundo;

- b) ao referente feminino, representado por “contenda”, no primeiro, em confronto com o referente masculino, representado por “pedido formulado”, no segundo;
- c) à substantivação do verbo “pacificar”, no primeiro, em comparação com a forma verbal do substantivo “busca”, no segundo;
- d) à obrigatoriedade do emprego da crase diante de expressões de núcleo feminino, no primeiro, em contraposição ao uso facultativo diante de formas verbais, no segundo;
- e) ao referente feminino, representado por “pacificação social”, no primeiro, em confronto com o referente masculino, representado por “um resultado positivo”, no segundo.

**49) Seleccione o item em que um dos termos não segue a mesma regra de acentuação dos demais:**

- a) essência / mecânico / sinônimos / ângulos / circunstância
- b) nível / fóruns / aplicáveis / júri / cíveis
- c) jurídicas / processualística / litígio / monocórdia / equilíbrio
- d) fática / hipérboles / dialética / história / prática
- e) alguém / após / país / além / constrói

**50) Se as narrativas constituem-se numa parte importante das normas processuais, pois que articulam “os fatos e fundamentos do pedido” (artigo 319, III do Código de Processo Civil) com vistas a buscar alcançar um resultado positivo para a sua pretensão, os documentos da administração pública, por sua vez, têm como objetivo comunicar em linguagem adequada atos de caráter normativo, de definição de regras para a conduta dos cidadãos ou regulamentação do funcionamento de entidades e órgãos públicos. Tomando por base, portanto, os princípios normativos que orientam a redação oficial, assinale a alternativa correta:**

- a) A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade e esse tratamento impessoal decorre da pessoalidade de quem recebe a comunicação.
- b) Considera-se coeso o texto que adota linguagem formal e em concordância com a norma-padrão da língua.
- c) Clareza, coerência, objetividade e impessoalidade são atributos indispensáveis à redação oficial.
- d) A objetividade da redação oficial busca a uniformidade do tempo verbal em todo o texto e a não utilização de regionalismos e neologismos.
- e) A clareza deve ser a qualidade básica de todo texto oficial, para tanto é necessário usar frases curtas, bem estruturadas, não utilizar regionalismos e buscar a variabilidade do tempo verbal ao longo do texto.

